

Manifestação Pública

A Associação dos Engenheiros do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - AEDNIT, vem a público reafirmar o seu compromisso com a condução técnica, ética e a estrita observância legal na aplicação dos recursos públicos sob responsabilidade de seus associados.

O DNIT, em função da magnitude de seus empreendimentos, tem como rotina passar por auditorias dos diversos órgãos de controle interno e externo. Ao longo dos anos tem aprimorado sua gestão e reforçado a cultura de integridade dentro da instituição, o que já é reconhecido por diversos órgãos de auditoria.

Na data de ontem, 09/03/2023, foi deflagrada uma operação policial para apuração de situações relacionadas ao Governo do Estado do Acre, e para nossa surpresa, a decisão judicial que deu suporte à operação, determinou o afastamento de um dos diretores do DNIT. Em que pese o diretor afastado estar entre os mais preparados e competentes quadros da instituição, temos que ir além da questão pessoal e mostrar para a sociedade algo que acontece com toda a engenharia do DNIT.

O quadro técnico do DNIT é notoriamente composto por profissionais de excelência, mas sua engenharia está exposta. Não é de hoje que sofremos com uma estrutura muito aquém daquela necessária, somos pouco mais de 800 engenheiros para planejar, fiscalizar e operar segmentos ferroviários, cerca de 60 mil quilômetros de rodovias e ainda 19 mil quilômetros de hidrovias.

Muitos de nossos engenheiros atuam solitários para atender milhares de quilômetros de segmentos rodoviários, sem a necessária estrutura, muito menos a devida valorização. Infelizmente desde 2021 é o segundo diretor do DNIT afastado por determinação da justiça. Além de serem medidas extremas, as medidas cautelares são verdadeiras punições antecipadas uma vez que veem acompanhadas de uma exposição midiática que tem uma ação devastadora na reputação dos envolvidos, construindo uma visão de que os citados são efetivamente culpados por ilícitos, quando na maior parte dos eventos, ao final, é demonstrada a inocência das pessoas expostas.

Notícias assim provocam, obviamente, repercussões negativas na imprensa, maculando a imagem da autarquia e desestabilizando seu corpo técnico, que vem buscando sistematicamente, ao longo dos anos, cumprir a sua missão.

Ao final das apurações e procedimentos administrativos e legais, que nem sempre incorrem em condenações para todos os investigados e afastados, resta para a instituição, para seus servidores e para seus familiares, o dissabor de assistir suas reputações arranhadas.

Não é sem motivo que gradativamente o corpo técnico do DNIT é atingido pelo denominado “apagão das canetas”, expressão que já mereceu verbete específico por parte de Fabrício Motta e Irene Patrícia Nohara: “Apagão das canetas: para designar a paralisação de decisões, por causa do temor de responsabilização, perante a Administração Pública ‘do medo’, pois, em determinados casos, tendo em vista as decisões imprevisíveis e oriundas dos mais variados órgãos de controle, os bons gestores acabavam ficando com receio de decidir e futuramente ser responsabilizados por uma decisão justa, mas que iria de encontro às orientações cambiantes de diversos dos órgãos de controle.” (MOTTA; NOHARA, 2019, p. 24)., segundo Dos Santos (2021)*.

É muito importante separar a instituição e o quadro técnico que a compõe, de eventuais condutas individuais, que nem de longe representam o que o DNIT e seus engenheiros executam diariamente.

A AEDNIT reafirma seu apoio as investigações, mas repudia a vinculação da imagem do DNIT e de seu quadro técnico a eventuais condutas ilícitas. O DNIT é o órgão de referência no setor de infraestrutura de transportes e busca incansavelmente a excelência em suas ações.

A associação entende que passou da hora de avançarmos na melhoria das condições de trabalho, passando por uma reestruturação e valorização da carreira, sob pena de nos tornarmos uma autarquia pouco atrativa, o que não condiz com o seu papel estruturante e estratégico para a infraestrutura de transportes do nosso país.

Com base nesses princípios, apoiamos qualquer iniciativa que busque apurar, investigar e em caso de dolo, punir aqueles que forem condenados pela justiça. Afinal, o seu corpo de engenheiros não compactua, protege ou tolera nenhuma atitude que esteja fora de uma condução técnica, ética e responsável dos recursos públicos. Mas também prezamos pelo respeito à presunção de inocência e ao devido processo administrativo e legal, evitando o prejulgamento em função da exposição pública e midiática dos profissionais sob investigação.

DIRETORIA AEDNIT

10/03/2023

* Dos Santos, Rodrigo Valgas (2021) – Direito Administrativo do Medo